

Acordo para dívida de São Paulo sai até o fim do mês

Negociação faz parte do esforço para conter o déficit, diz Parente

• O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou ontem, no Rio, que o acordo para a renegociação da dívida do Estado de São Paulo — estimada em R\$ 32,6 bilhões — deverá ser fechado até o fim deste mês. Parente não quis dar detalhes do acordo, mas adiantou que as negociações incluem os bancos estaduais.

— O assunto São Paulo tem sempre uma discussão muito politizada, levada para o lado das divergências entre os governos federal e estadual. Não compartilhamos desse espírito e nossas discussões têm sido extremamente amistosas. Por isso, achamos que é melhor silenciar para que as negociações não sejam predjudicadas — argumentou.

A renegociação da dívida faz parte do esforço do Governo para conter o déficit público. Segundo Parente, o Governo buscará o equilíbrio de suas contas através do corte de despesas, privatizando estatais e renegociando as dívidas dos estados, que somam R\$ 92 bilhões.

Quinze estados já estão negociando pagamento

No momento, estão em curso negociações com 15 estados, entre eles o Rio. Já foram fechados acordos com Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. A proposta prevê o pagamento da dívida em 30 anos, em prestações mensais corrigidas pelo IGP-DI, mais juros de 6% ao ano.

Parente ressaltou, entretanto, que o Governo ainda encontra resistência de muitos governadores, que acreditam que a União deve se responsabilizar pelos déficits estaduais. O secretário disse que Bahia, Ceará e Paraná são os que se encontram em melhor situação fiscal. Dentro do esforço de maior controle nas contas, o Governo está buscando ainda um financiamento de US\$ 500 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para melhorar a administração tributária dos estados.

Despesas de 1997 deverão equivaler a 20% do PIB

No que diz respeito ao aumento da receita, o secretário explicou que os esforços estarão mais relacionados à cobrança de débitos fiscais:

— Não dá para falar em aumento da carga tributária, que já está bastante elevada. Por isso, nossa meta é fazer com que as despesas do Governo federal sejam de 20% do PIB em 1997. Agora, é guerra de guerrilha. Cada centavo economizado é importante — disse ele.

Parente destacou a economia obtida com os gastos de pessoal do Governo, que caíram de R\$ 3,1 bilhões ao mês para R\$ 2,9 bilhões. Segundo o secretário, a meta para 1997 é obter um superávit primário de 1,5% do PIB, o que seria parte de um cenário em que a economia crescerá 4% e a inflação ficaria entre 9% e 10%.

— Não há porque desaquecer a economia agora. Uma economia que cresce é benéfica, porque gera mais imposto — disse Parente, que almoçou ontem com economistas. ■